

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 3.587 ALAGOAS

RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
AUTOR(A/S)(ES) : **ESTADO DE ALAGOAS**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS**
RÉU(É)(S) : **UNIÃO**
PROC.(A/S)(ES) : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA. TRIBUTÁRIO. ICMS. LIMITAÇÃO DAS ALÍQUOTAS INCIDENTES SOBRE COMBUSTÍVEIS, GÁS NATURAL, ENERGIA ELÉTRICA, ETC. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS À PERDA DE ARRECADAÇÃO EM FAVOR DOS ESTADOS MEMBROS. LC 194/2022, ART. 3º. INÉRCIA DA UNIÃO QUANTO À EFETIVAÇÃO. *FUMUS BONI IURIS*. DEDUÇÕES DE PARCELAS DE DÍVIDAS QUE INDEPENDEM DE ADITIVOS CONTRATUAIS. *PERICULUM IN MORA*. QUEDA DE ARRECADAÇÃO CAPAZ DE COMPROMETER A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS À COLETIVIDADE. ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA ENFRENTADO PELO ENTE AUTOR. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA PARCIALMENTE DEFERIDA.

DECISÃO: Trata-se de ação cível originária, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Estado de Alagoas em face da União Federal, a qual tem como pedido principal que seja determinado à União que compense valores decorrentes da perda de arrecadação de ICMS com dívidas que o Estado tem para com o Ente Central, na forma que especifica.

ACO 3587 / AL

Em síntese, relata que com a aprovação da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, os bens e serviços relativos aos combustíveis, ao gás natural, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte passaram a ser considerados essenciais, vedando-se, por consequência, a fixação pelos Estados de alíquotas de ICMS sobre estes objetos em patamar superior ao das operações em geral. Informa que o produto do ICMS sobre os mencionados bens e serviços corresponde a parcela relevante da arrecadação estadual e que, antes da edição da LC 194/22, as alíquotas incidentes sobre as respectivas operações variavam entre 18 e 30%, tendo sido reduzidas a 17% por força da edição do mencionado diploma legislativo. Afirma que referida redução de alíquotas ocasionará uma perda de arrecadação estimada em cerca de R\$ 461.561.215,00 (quatrocentos e sessenta e um milhões, quinhentos e sessenta e um mil, e duzentos e quinze reais), apenas para o período de julho a dezembro de 2022.

Sustenta que o art. 3º da LC 194/22 traria previsão no sentido de que a União deve promover a compensação de parte dos prejuízos experimentados pelos Estados através da *“dedução do valor das parcelas dos contratos de dívidas do Estado com quaisquer credores, em operações celebradas internamente ou externamente ao País, administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, relativos às perdas de arrecadação, ocorridas no exercício de 2022, decorrentes da redução da arrecadação do ICMS que exceda ao percentual de 5% (cinco por cento) em relação à arrecadação deste tributo no ano de 2021”*. Argumenta que, nada obstante o Estado já tenha adotado as providências que lhe cabiam no sentido da redução das alíquotas do ICMS, a União tem permanecido inerte até o presente momento, não tendo regulamentado a forma através da qual referida compensação deve ser feita - salientando que o direito dos Estados à referida compensação seria imediato.

Alega se encontrar atualmente em estado de calamidade pública decorrente de fortes chuvas, conforme declarado em decreto estadual que menciona, e que esta circunstância tem gerado para a Administração

ACO 3587 / AL

Estadual a necessidade da realização de uma série de dispêndios extraordinários, relacionados à defesa e restauração de espaços e à prestação de suporte às famílias desabrigadas ou em áreas de risco. Salienta que a LC 194/2022 impede que o Estado majore outros tributos de sua competência, razão pela qual a compensação ora almejada seria necessária para que o Estado possa tanto destinar recursos ao enfrentamento da situação de calamidade mencionada quanto custear seus serviços de saúde e educação.

Requer, por estes fundamentos, a concessão de tutela provisória de urgência, a fim de que a União *“efetue a compensação imediata das parcelas dos contratos de dívidas do Estado de Alagoas com os credores, em operações celebradas internamente e externamente ao País, administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, com a perda de arrecadação do ICMS, considerada exclusivamente a perda de arrecadação do ICMS incidente combustíveis, energia elétrica, gás natural e transportes arrecadado no ano anterior, confrontado mês a mês, no que exceder a 5% dessa perda de arrecadação, na forma prevista (...) no art. 3º e seus parágrafos da LC nº 194/2022”*. No mérito, requer o julgamento de procedência da ação, a fim de que seja confirmada a tutela provisória concedida.

O presente feito foi remetido a esta Presidência por força do art. 13, VIII, do RISTF.

É o relatório. **DECIDO.**

Ab initio, entendo que o presente caso se enquadra na hipótese excepcional do art. 13, VIII, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, a qual confere competência ao Presidente da Corte para *“decidir questões urgentes nos períodos de recesso ou de férias”*, razão pela qual passo a analisar a matéria, sem prejuízo de eventual ulterior revisão da decisão ora exarada pelo Eminentíssimo Ministro Relator.

Ao menos em sede deste juízo sumário, reconheço a incidência do disposto no artigo 102, I, *‘f’*, da CF, que estabelece caber ao Supremo

ACO 3587 / AL

Tribunal Federal conhecer e julgar originariamente as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta. Isto porque o Estado de Alagoas fundamenta o seu pedido em suposta inobservância de regra legal destinada a promover o reequilíbrio orçamentário dos Estados-membros, a fim de que não haja o comprometimento da execução de políticas públicas e da prestação de serviços públicos essenciais à coletividade. Em casos como o presente, esta Corte tem reconhecido que o interesse em disputa extrapola a natureza meramente patrimonial, de modo a atrair a competência do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, cito por todos a ACO 2.131-TA, Tribunal Pleno, rel. Min. Celso de Melo , *DJe* de 17/05/2013:

“SIAFI/CAUC RISCO DE INCLUSÃO, NESSE CADASTRO FEDERAL, DO ESTADO DE MATO GROSSO POSSIBILIDADE DE IMPOSIÇÃO, AO ESTADO-MEMBRO, DE LIMITAÇÕES DE ORDEM JURÍDICA, ANTES DO JULGAMENTO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA (RE 607.420-RG/PI, REL. MIN. ROSA WEBER) EXISTÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE JURÍDICA OCORRÊNCIA, NA ESPÉCIE, DE SITUAÇÃO CONFIGURADORA DE PERICULUM IN MORA RISCO À CONTINUIDADE DA EXECUÇÃO, NO PLANO LOCAL, DE POLÍTICAS PÚBLICAS LITÍGIO QUE SE SUBMETE À ESFERA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL HARMONIA E EQUILÍBRIO NAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE OS ESTADOS-MEMBROS E A UNIÃO FEDERAL O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO TRIBUNAL DA FEDERAÇÃO POSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE, DE CONFLITO

ACO 3587 / AL

FEDERATIVO TUTELA ANTECIPATÓRIA DEFERIDA
DECISÃO DO RELATOR REFERENDADA PELO
PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

CONFLITOS FEDERATIVOS E O PAPEL DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO TRIBUNAL DA
FEDERAÇÃO.

- A Constituição da República confere, ao Supremo Tribunal Federal, a posição eminente de Tribunal da Federação (CF, art. 102, I, f), atribuindo, a esta Corte, em tal condição institucional, o poder de dirimir controvérsias, que, ao irromperem no seio do Estado Federal, culminam, perigosamente, por antagonizar as unidades que compõem a Federação.

Essa magna função jurídico-institucional da Suprema Corte impõe-lhe o gravíssimo dever de velar pela intangibilidade do vínculo federativo e de zelar pelo equilíbrio harmonioso das relações políticas entre as pessoas estatais que integram a Federação brasileira.

A aplicabilidade da norma inscrita no art. 102, I, f, da Constituição estende-se aos litígios cuja potencialidade ofensiva revela-se apta a vulnerar os valores que informam o princípio fundamental que rege, em nosso ordenamento jurídico, o pacto da Federação. Doutrina. Precedentes.

BLOQUEIO DE RECURSOS FEDERAIS CUJA
EFETIVAÇÃO PODE COMPROMETER A EXECUÇÃO, NO
ÂMBITO LOCAL, DE PROGRAMA ESTRUTURADO PARA
VIABILIZAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS.

- O Supremo Tribunal Federal, nos casos de inscrição de entidades estatais, de pessoas administrativas ou de empresas

ACO 3587 / AL

governamentais em cadastros de inadimplentes, organizados e mantidos pela União, tem ordenado a liberação e o repasse de verbas federais (ou, então, determinado o afastamento de restrições impostas à celebração de operações de crédito em geral ou à obtenção de garantias), sempre com o propósito de neutralizar a ocorrência de risco que possa comprometer, de modo grave e/ou irreversível, a continuidade da execução de políticas públicas ou a prestação de serviços essenciais à coletividade. Precedentes”.

Superada a questão do cabimento da presente ação originária, conigno estarem presentes os requisitos para a concessão da tutela provisória de urgência pleiteada, nos termos do que prescreve o *caput* do art. 300 do Código de Processo Civil.

Isto porque, em primeiro lugar, vislumbra-se, neste juízo não exauriente, a plausibilidade da tese sustentada pelo Estado autor, na medida em que, da dicção do art. 3º da LC 194/2022, parece exsurgir, de fato, o direito subjetivo dos Estados-membros à dedução do valor correspondente às perdas de arrecadação, decorrentes da limitação de alíquota do ICMS operada por esta lei, do valor das dívidas administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional - dedução esta que se dá, ainda conforme dispõe expressamente o dispositivo, independentemente da formalização de aditivo contratual. À luz deste dispositivo e forte no princípio da lealdade federativa, de que decorre o dever de cooperação entre os entes federados (ACO 3.329, Tribunal Pleno, Rel. Min. Rosa Weber, DJe 28/01/2022), não parece haver justificativa razoável para a alegada inércia da União na efetivação imediata das medidas compensatórias legalmente previstas, do que deflui a probabilidade do direito do Estado requerente.

Soma-se ao *fumus boni iuris* acima demonstrado o evidente *periculum in mora* que decorre da redução abrupta de receitas orçamentárias de elevado valor. Deveras, a supressão indevida e não planejada de recursos

ACO 3587 / AL

públicos pode indubitavelmente comprometer a prestação de serviços públicos essenciais para a coletividade em geral, haja vista a inexorável constatação de que a garantia de direitos sociais a prestações materiais demanda, como regra, custos elevados e de que os recursos estatais são, por definição, escassos, de modo que a realização destes direitos fica submetida invariavelmente a escolhas alocativas. Neste cenário, a não efetivação das medidas compensatórias previstas em lei em favor dos Estados-membros configura potencial lesão de natureza grave ao interesse público a justificar a concessão da tutela provisória na espécie. Saliente-se, ademais, que o perigo de dano à coletividade resta ainda mais agravado no caso específico do Estado de Alagoas, haja vista o relatado estado de calamidade pública ora vigente, decorrente do excesso de chuvas, nestes autos relatado.

Ressalte-se, por fim, que, na ACO 3.586, decisão liminar similar também foi deferida pelo Min. Alexandre de Moraes, relativamente ao Estado do Maranhão, conforme decisão de 22/7/2022.

Ex positis, **defiro parcialmente a tutela provisória de urgência**, a fim de determinar a suspensão da exigibilidade das parcelas vincendas em agosto de 2022 de contratos de dívidas do Estado de Alagoas em operações administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, até ulterior análise do feito pelo Eminentíssimo Relator.

Intime-se e cite-se a União, para ciência da presente decisão e para que apresente contestação no prazo legal.

Em seguida, ao Eminentíssimo Relator.

Publique-se.

Brasília, 28 de julho de 2022.

Ministro **LUIZ FUX**

Presidente

Documento assinado digitalmente